



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Produto químico na água. Solicitação não pertence ao órgão. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 147/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, de número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre a colocação de produto químico na água, tais como sua finalidade, consequências e se há treinamento e certificação para tanto.
2. Em resposta, o ente informou que a substância é utilizada para o tratamento da água e que o órgão responsável por este serviço é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. O silêncio do ente em grau recursal ensejou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta negou provimento ao recurso e manteve a resposta oferecida.
4. Ressalte-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não ser o responsável pelo serviço e indicou a SABESP como destinatário correto na busca pela informação.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal.  
Interessado: A.S.F.).”

6. Vale dizer, por derradeiro, que o SIC da Secretaria da Saúde, logo após ter tomado conhecimento de não seria o órgão competente para ofertar resposta, poderia ter encaminhado a solicitação ao ente correto na primeira oportunidade possível, a fim de buscar atender ao pedido e fazer cumprir a Lei em vigor.
7. Ante o exposto, sendo incompetente o ente público recorrido para fornecer o acesso às informações requeridas, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de julho de 2017.

  
**MARIA INES FORNAZARO**

OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA

MKL